

Dossiê
*“Políticas culturais
na América Latina”*

Desculturalizar a cultura: Desafios atuais das políticas culturais

Desculturalizar la cultura – retos actuales de las políticas culturales¹

“*Desculturalizar*” the culture - cultural policies’ contemporary challenges

Victor Vich²

Palavras chave:

Cultura

Políticas culturais

Imaginários

Resumo:

O presente artigo combina a reflexão acadêmica com a proposta política. Retoma a pergunta sobre a importância das políticas culturais e tem como objetivo fundamentar uma nova resposta. Sustenta que as políticas culturais não podem concentrar-se unicamente na pura organização de eventos. Mas além do fomento à produção cultural, do estabelecimento de melhores mecanismos para sua circulação e de dirigir-se a públicos diferenciados, o ensaio aposta numa política cultural que aponte a desconstrução dos imaginários hegemônicos, vale dizer, à intenção de intervir naqueles sentidos comuns que se encontram profundamente arraigados nos hábitos sociais. Se o capitalismo contemporâneo embasa boa parte de seu poder na dominação simbólica, este ensaio entende que os símbolos da cultura em geral são igualmente um lugar de resposta.

Resumen:

El presente artículo combina la reflexión académica con la propuesta política. Retoma la pregunta sobre la importancia de las políticas culturales e intenta fundamentar una nueva respuesta. Sostiene que las políticas culturales no pueden concentrarse únicamente en la pura organización de eventos. Más allá del fomento a la producción cultural, del establecimiento de mejores mecanismos para su circulación y de dirigirse a públicos diferenciados, el ensayo apuesta por una política cultural que apunte a la deconstrucción de los imaginarios hegemónicos, vale decir, al intento por intervenir en aquellos sentidos comunes que se encuentran hondamente afianzados en los habitus sociales. Si el capitalismo contemporáneo basa buena parte de su poder en la dominación simbólica, este ensayo entiende que los símbolos y la cultura en general son igualmente un lugar de respuesta.

Palabras clave:

Cultura
Políticas culturales
Imaginarios

Keywords:

Culture
Cultural policies
Imaginary

Abstract:

This article combines the academic reflection with the proposed policy. Resumes the question about the importance of cultural policies and aims to build a new reply. Maintains that cultural policies cannot focus solely on pure organizing events. But in addition to the promotion of cultural production, the establishment of better mechanisms for their movement and addressing different audiences, the essay in a bet cultural policy that aims the deconstruction of imageries, that is to say, the hegemonic intent to intervene in those common senses which are deeply entrenched social habits. If the contemporary capitalism bases much of his power in symbolic domination, this essay considers that the symbols of the culture in general is also a place to reply.

Desculturalizar a cultura: Desafios atuais das políticas culturais

Eu trago aos homens um presente.
- Não lhes traga nada, - disse o santo –
antes, tire-lhes algo!
(Friedrich Nietzsche, Assim falava Zaratustra)

É dever das políticas culturais fomentar a produção cultural, organizar eventos e oferecer uma maior circulação dos objetos culturais? Ou são, melhor, encarregadas de tirar algo das populações? Se for assim, o que as políticas culturais deveriam tirar? Ou, melhor dizendo, como tirar algo da cultura com os próprios elementos da cultura? Este ensaio, herdeiro de uma tradição latinoamericana de propostas a este respeito, insiste na necessidade de posicionar a cultura longe dos debates estritamente culturais ou culturalistas para dar-lhe um invólucro de agente chave na mudança social. Trata-se de promover a articulação entre cultura, democracia e cidadania, a fim de que as políticas culturais possam converter-se em dispositivos centrais para a transformação das relações sociais existentes.

Tal projeto passa por questionar todas aquelas teorias que continuam definindo a cultura como um campo independente e autônomo na evolução social. Desde Weber sabemos bem que foi o discurso da modernidade o que desligou o âmbito cultural de sua inserção em todas as dimensões da vida social, o que segmentou o conhecimento e o que construiu o espaço da arte como um lugar autônomo. Foi, de fato, a modernidade que inventou as esferas sociais (a política, a economia, a cultura) como lugares compartimentados e autossuficientes, e foi ela que restringiu aos especialistas a abordagem delas (GRIMSON, 2011, p. 39-40).

Por isso há que insistir que uma definição mais correta da cultura é aquela que provém da antropologia contemporânea, e que afirma que se trata do dispositivo socializador a partir do qual nós seres humanos nos constituímos como tais; a cultura é aquele agente que estabelece e regula a forma com que se praticam as relações sociais. A cultura é aquela que codificou nossas ideias a respeito da diferença sexual, racial, ou nossas relações com a natureza, só para citar alguns exemplos. A cultura preexiste aos sujeitos, e estes se constituem no interior dela, a partir de suas regulações e discursos. A cultura produz desejos, leis e práticas, a partir dos quais são geradas as estruturas de pensamento e as subjetividades que as habitam.

Portanto, longe de entendê-la como uma instância encarregada somente pela simbolização daquilo que existe, deve-se conceber a cultura como um dispositivo que contribui para produzir a realidade e que funciona como um suporte para esta. Neste sentido, qualquer projeto de política cultural deve entender a cultura não tanto pelas imagens que representa, mas pelo que faz e o que boa parte da cultura faz é produzir sujeitos e produzir (e reproduzir) relações sociais. A partir desta perspectiva, as políticas culturais devem propor sua própria ação pública, optando por posicionar-se em debates muito mais amplos que aqueles estritamente definidos pelo desenvolvimento profissional (e acadêmico) do campo em questão.

Em princípio, as políticas culturais devem observar aquilo que está enraizado no mundo social como um *habitus* e uma prática cotidiana (BOURDIEU, [1979] 1988). Quer dizer, trabalhar em políticas culturais envolve localizar esses significados instalados no senso comum, que sustentam a ordem social. A sustentam mediante diferentes práticas que geram estruturas de usufruto que corroem o vínculo social. Na minha opinião, um dos objetivos mais importantes das políticas cul-

turais deve consistir em tentar desconstruir esses significados (esses fantasmas) para propor novas identificações políticas.

Por desculturalizar a cultura, eu me refiro a uma longa estratégia de pensamento e ação que vem sendo promovida na América Latina há algumas décadas, e que deveria consistir em pelo menos duas proposições: posicionar a cultura como um agente de transformação social e revelar as dimensões culturais de fenômenos aparentemente não culturais³. Este artigo tem a intenção de fundamentar algumas ideias de ambas as posições. Basta dizer que esta proposta assume que a cultura é algo que serve para algo e que podemos utilizá-la como um recurso com diferentes propósitos de intervenção social (YÚDICE, 2003; SOMMER, 2006). Por essa razão, este artigo insiste na necessidade de incluir as políticas culturais em políticas de maior alcance, e optar por geri-la nos espaços locais, que são justamente aqueles onde se pode propor uma verdadeira agenda de participação cidadã. Trata-se, em última instância, de desafiar todas aquelas políticas culturais para as quais a cultura é algo puro e autônomo, e que continuam entendendo seu trabalho como a simples gestão de espetáculos com muito poucos riscos políticos.

Para que servem as políticas culturais? Qual o seu papel como ferramenta de governo e de gestão pública? Como implementá-las? Partamos de uma primeira afirmação: propor uma agenda em política cultural não tem somente a ver com fomentar a produção simbólica e buscar democratizá-la. Isto sem dúvida é urgente, mas penso que se torna indispensável apontar para um novo lugar. Para explicar qual é esse lugar, vou realizar uma breve análise de conjuntura política.

Como poucas vezes em sua história, o Peru vive atualmente um período de grande estabilidade macroeconômica, um momento de muitos investimentos e

de grandes lucros; um momento que gerou um discurso de muita fé no futuro. No entanto, além dos bons indicadores econômicos, não é possível afirmar que hoje se viva melhor no Peru, quer dizer, que a sociedade tenha uma melhor qualidade de vida e que está se tornando mais justa e menos violenta. Podemos dizer, por exemplo, que no Peru atual há menos racismo, mais equidade de gênero, menos individualismo e mais solidariedade entre as pessoas? É óbvio que não. Pelo contrário, todos os dias aparecem notícias que demonstram que o Peru segue sendo uma sociedade marcada pela falta de senso de justiça e pela intensa precarização do trabalho; uma sociedade colonizada por uma só maneira de entender o progresso, e cheia de preconceitos culturais.

“Não subimos, acaso para baixo?” É um impactante verso de César Vallejo que hoje podemos ler como uma crítica ao projeto clássico da modernidade ocidental (VALLEJO, 1988, p. 197). Refiro-me a que, com esta imagem, Vallejo questiona um ideal de progresso que termina sempre revertendo contra si mesmo. Longe das grandes promessas da modernidade, o certo é que as sociedades atuais seguem caracterizando-se pela perda da confiança no Estado como garantia do vínculo social, pela debilidade do mesmo frente aos poderes econômicos, pela perda de controle frente a muitas das dinâmicas econômicas (e frente à própria tecnologia), pela precariedade dos direitos trabalhistas e pela falta de uma real participação política que mostre as possibilidades da sociedade civil organizada. É claro que hoje assistimos a uma crise silenciosa que também é consequência de se ter deixado de lado a cultura.

Estão sendo feitas trocas drásticas naquilo que as sociedades democráticas ensinam a seus jovens, mas se tratam de trocas que ainda não se submetem a uma análise profunda. Sedentos por dinheiro, os estados nacionais e

seus sistemas de educação estão descartando, sem que se perceba, certas atitudes que são necessárias para manter viva a democracia. Caso se prolongue esta tendência, as nações de todo o mundo em breve produzirão gerações inteiras de maquinarias utilitárias, em vez de cidadãos sensatos com capacidade de pensar por si mesmos, avaliar criticamente as tradições e compreender a importância das realizações e sofrimentos alheios. O futuro da democracia mundial está por um fio. (NUSSBAUM, 2010, p. 20)

O progresso (entendido somente como a pura maximização do lucro) se converteu no fetiche da modernidade e por essa razão toda a política cultural deveria apontar para tentar desconstruí-lo, neutralizando muitos dos princípios que o sustentam. Por que? Porque vivemos em sociedades profundamente fragmentadas e desiguais cujos principais antagonismos constitutivos podem também ser entendidos como problemas culturais. Refiro-me, por exemplo, a que a corrupção, o autoritarismo, o racismo, entre outros, são problemas relacionados ao estilo de vida, à cultura, e que é aí que é preciso intervir. Vou dizer de maneira diferente: hoje, em muitos dos nossos países, observamos que são gerados grandes projetos de investimento público em distintas esferas (em segurança, em mineração, em transporte, por exemplo), mas não existem iniciativas para reformular nossas ideias sobre a justiça social, combater o racismo, o machismo, só para citar os temas clássicos. Em suma, inexistem projetos públicos para promover novos modelos de identidade sob novos ideais de comunidade.

A partir deste ponto de vista, o que todo projeto de política cultural deve ter em conta é que a cultura é um dos principais espaços onde estas práticas se enraízam, no qual estes poderes autoritários se estabelecem, mas curiosamente,

a cultura é também o espaço onde tudo isso pode ser radicalmente questionado (RICHARD, 2005). Ou seja, além de haver definido a cultura como um *habitus* herdado, ela também pode ser um lugar de resposta à hegemonia oficial, uma maneira de desidentificar-se com o estabelecido e promover a partir daí uma maior visibilidade sobre os poderes que nos constituem e que se reproduzem socialmente.

Se é através da imaginação que hoje o capitalismo disciplina e controla os cidadãos contemporâneos, sobretudo através dos meios de comunicação, é também a imaginação a faculdade através da qual emergem novos padrões coletivos de dissidência, descontentamento e questionamento dos padrões impostos pela vida cotidiana, através dela também vemos emergir novas formas sociais não predatórias como as do capital, formas construtoras de novas convivências humanas. (APPADURAI, 2000, p. 7).

Agora, como pode a política cultural intervir nos vínculos humanos? Que significa isso? Neste momento posso enumerar pelo menos duas estratégias possíveis: dando mais visibilidade sobre como se exerce o poder e promovendo representações destinadas a desestabilizar os imaginários hegemônicos. Começarei então pelo primeiro ponto: quem tem o poder? Quem são os excluídos?

Uma política cultural verdadeiramente democrática deve propor-se a abrir espaços para que as identidades excluídas acessem o poder de representar-se a si mesmas e de significar sua própria condição política participando como verdadeiros atores na esfera pública. Ou seja, as políticas culturais devem ter como objetivo fazer mais visíveis aquelas estruturas de poder que têm impedido que muitos possam participar e tomar decisões na vida pública.

Na verdade, vivemos em sociedades muito diversas, mas sabemos bem que as culturas que as integram não se encontram em igualdade de condições sociais: não têm o mesmo acesso a recursos, não têm a mesma visibilidade pública e que não existe um verdadeiro diálogo intercultural. Como sabemos, a modernidade teve um passado colonial que estabeleceu, por exemplo, uma divisão racial do trabalho que implicou sempre na hierarquização de culturas (QUIJANO, 2000). Se hoje a persistência das múltiplas identidades excluídas demonstra que a nação não foi possível como um projeto de igualdade, é tarefa das políticas culturais tornar visíveis aqueles poderes que impedem de incentivar uma maior participação pública.

Então não podemos pensar a cultura e, menos ainda propor novas políticas culturais sem pensar nas lógicas do poder. E já sabemos que o que o poder primeiramente gera é um conjunto de verdades que vão se estabelecendo no saber comum e nos *habitus* cotidianos. Hoje, de fato, somos muito mais conscientes de que o que o poder produz são discursos e que eles são técnicas de saber investidas em costumes e em práticas sociais (FOUCAULT, 2000). Por isso mesmo, atuar a partir da cultura supõe ir contra a corrente para desconstruir aquilo que, arraigado e poderoso, exclui e marginaliza (GILROY, 1994, p. 3).

Coloquemos outro exemplo: todos os dias muitos jornais no Peru informam sobre diferentes tipos de violências de gênero. Os dados são muito altos e as discussões políticas se concentram somente em incrementar os castigos aos responsáveis. Por isto, de tempos em tempos, algumas autoridades insistem na instituição da pena de morte para os infratores, e assim, intencionam ganhar alguns votos. Mas qualquer um pode aprofundar-se mais no problema e formular as seguintes perguntas: de que serviria matar os infratores se seguimos tendo uma cultura que

os produz incessantemente? De que serviria tirá-los de cena se continua existindo um *habitus* social que os promove e os estimula? Por esta perspectiva, é então urgente afirmar que a violência contra a mulher é um problema cultural relacionado, sobretudo, à produção das masculinidades, isto é, às maneiras pelas quais os homens são socializados segundo certos modelos de identificação que as políticas culturais fariam bem em questionar.

Na verdade, a teoria lacaniana explicou bem como toda atividade social se sustenta sob um suporte fantasmático (um imaginário social) que implica sempre em uma forma de gozo e em um exercício de poder. A partir daí se afirma que o vínculo social é produzido por estruturas afetivas amplamente arraigadas, sendo necessário intervir politicamente nelas. Portanto, as paixões e os afetos são agentes chaves nas identificações coletivas e as políticas culturais devem fazê-los visíveis e tentar renová-los a partir da circulação de novas representações culturais. Dito de outra maneira: atacar um problema social a partir da cultura implica perguntar-se quais são os fantasmas que sustentam as práticas sociais existentes, quais são as suas estruturas de fruição, como resistem à mudança e como terminaram por constituir-se como *habitus* amplamente estabelecidos no mundo social (STRAVRAKAKIS, 2010).

Insisto, por ser verdadeiro, que o poder necessita de discursos (e mais, é o poder que constrói os discursos de acordo com os seus interesses), o interessante (como dizia linhas acima) reside em notar que muitos outros discursos servem ao mesmo tempo para desestabilizar o poder. Neste sentido, as políticas culturais insistem na relevância dos objetos simbólicos para neutralizar e começar a construir novas relações sociais. Na verdade, foram os formalistas russos que, há muito, nos ensinaram que os objetos culturais suspenham o pacto cotidiano, transformam

a percepção comum, introduzem percepções inéditas na sociedade e incentivam a produção de sentidos críticos a respeito do que existe. Ou seja, ao desfamiliarizar o costume, os objetos culturais servem como dispositivos que podem ativar desejos críticos, criar novos sentidos de comunidade e ser capazes de contribuir para neutralizar o poder. O trabalho em cultura é então fundamental em todas as políticas de governo, pois devemos insistir que, para que uma mudança política seja verdadeira e efetiva, tem que se produzir, ao mesmo tempo, uma mudança cultural, que deve ser enraizada nos desejos e nas práticas cotidianas das pessoas. Trata-se de um grande desafio, porque “foi demonstrado que é muito mais fácil arrancar montanhas que mudar os valores patriarcais. A clonagem de ovelhas é uma brincadeira de crianças se comparada à tentativa de persuadir os machistas a abandonarem os seus preconceitos. As crenças culturais são muito mais difíceis de arrancar do que as florestas” (EAGLETON, 2005, p. 62). Por isso mesmo, as políticas culturais devem ter como primeiro objetivo posicionar a cultura como uma dimensão transversal de todas as políticas de governo, pois aqueles projetos de desenvolvimento que não estejam acompanhados da intenção de produzir uma transformação nos imaginários sociais, tenderão sempre a ter um impacto muito limitado. Nesse sentido, construir um projeto de política cultural implica na vontade de trabalhar não somente com o setor cultural, mas de gerar articulações com todo o tipo de atores sociais. Me refiro aos outros ministérios, a diversas instituições do Estado, às organizações não governamentais, aos movimentos sociais, aos coletivos cidadãos, às organizações políticas e à própria academia, evidentemente. Um projeto bem sucedido de política cultural é aquele que tem sido capaz de se articular em seu trabalho com atores diversos, aquele que entende a cultura como a geração de um processo e não somente de um evento.

Ou seja, se trata, sobretudo, de conceber a ação das políticas culturais como um conjunto de intervenções e processos sociais que transcendam a simples soma de espetáculos. Com exceção de muito poucas iniciativas, a maioria dos projetos existentes se limitam a realizar um conjunto de atividades desconectadas entre si, onde muitas vezes não se entende qual é a lógica ou o interesse que está subjacente. Pelo contrário, as políticas culturais devem ter clareza sobre onde intervir, porque fazê-lo e quais são os objetivos a alcançar.

Continuemos com o mesmo exemplo. Se em uma localidade se encontra um alto índice de violência contra a mulher, então a maioria das atividades culturais a serem realizadas deveria estar dedicada a intervir sobre este tema: ciclos de cinema, exposições artísticas, obras de teatro, intervenções de rua, concertos de música, edição de textos, conferências e congressos, por exemplo. Quer dizer, se trata de propor blocos de atividades, todas relacionadas entre si, que possam se desenvolver durante períodos longos para intervir no tema em questão. Intervir significa aqui “introduzir”, “expor”, “tornar visível um tema latente na comunidade”. Assim, podem-se ir sucedendo em relação a problemáticas diversas: a discriminação racial, a orientação sexual, a violência política, o problema ecológico, a interculturalidade, a crítica à ideia de progresso e desenvolvimento, entre outros.

Por este ponto de vista, uma nova definição de gestor cultural se faz necessária: já não se trata de entender os gestores como simples administradores de projetos, mas acima de tudo como agentes culturais (SOMMER, 2006 ; 2008), ou seja, como verdadeiros curadores encarregados de selecionar objetos simbólicos e de construir com eles *scripts* segundo as temáticas nas quais se haja optado por intervir. Um gestor cultural é então um ativista que deve estar muito integrado com as problemáticas locais e que, a partir delas,

realiza o seu trabalho. O gestor cultural então, já não é somente um encarregado de gerenciar eventos, mas sim de, através deles, gerenciar sobretudo a desconstrução de imaginários hegemônicos e a produção de novas representações sociais (INSA ALBA, 2011).

Agora, neste momento é preciso ressaltar o seguinte. Não se trata, de nenhuma maneira, de promover que os artistas fiquem sujeitos a certos imperativos políticos. Trata-se, sem nenhuma dúvida, de continuar fomentando a livre produção cultural em suas múltiplas expressões, mas de tentar organizá-la de acordo com os propósitos envolvidos com a dinâmica social. O objetivo de um gestor social consiste em mapear tanto a produção cultural de sua localidade, como ter um diagnóstico dos problemas sociais para propor com eles novas intervenções simbólicas. Os gestores culturais são, assim, encarregados de conhecer bem a produção cultural existente (os grupos culturais e os artistas locais) e de organizá-la de várias maneiras. Eles devem realizar um trabalho parecido com o dos curadores nas galerias. Seu trabalho consiste em organizar, reposicionar e enfatizar, mas também em ativar processos de discussão pública e de mudança política.

Recapitulemos: um projeto de política cultural deveria elaborar seus planos de intervenção a partir de um bom conhecimento das problemáticas que afetam a localidade e de uma vontade de convocar os setores culturais para discutir participativamente as estratégias de intervenção. Construir um projeto politicamente relevante de política cultural implica, sobretudo, ativar a produção de novas identificações imaginárias.

Na verdade, as formas pelas quais interagimos com a realidade estão mediadas por um conjunto de representações que sustentam as identidades existentes e que

não cessam de reproduzir-se na vida cotidiana. Que dizer, o grande desafio das políticas culturais consiste em fazer entender aos políticos e aos cidadãos em geral que muitos dos graves problemas sociais têm menos a ver com o código penal do que com a cultura. O objetivo último, insisto, é tentar ativar processos de mudança utilizando a potência dos símbolos e fazendo-os circular sob novos critérios curatoriais.

Como dissemos, a cultura tem a ver com a instauração de sentidos no mundo e com a regulação das relações humanas em um contexto específico. Em algum sentido, tudo é cultura, e tal afirmação é pertinente neste momento da história em que o capitalismo se converteu em um sistema cuja reprodução se assenta, em boa parte, no controle sobre os significados. Diversos estudos sobre cultura contemporânea (Castoriadis, Baudrillard, Lipovetsky, Zizek, entre muitos outros) o vêm enfatizando: já não é possível separar o domínio econômico das formas simbólicas, pois hoje a manutenção do sistema reside, em grande parte, na produção de imagens. Ou seja, as imagens já não representam produtos, mas, sim, são as imagens que constroem os produtos, gerando necessidades e gostos. Hoje, todos os objetos do mercado são por sua vez, signos que seduzem. (ZIZEK, 2003).

Novamente, podemos entender a cultura como uma dimensão transversal à sociedade, cuja importância atravessa múltiplos setores. A partir deste princípio, o objetivo das políticas culturais também consiste em revelar as dimensões culturais que aparentemente se apresentam como não culturais. A cultura, na verdade, se encontra envolvida em diversos tipos de problemáticas que não são exclusivas do seu setor. Muitos exemplos podem ser enumerados a respeito: as políticas de habitação, por exemplo, têm consequências nos usos dos espaços e nos conceitos que hoje utilizamos sobre interação social. Os

projetos de mineração transformam o estilo de vida das comunidades locais e podem gerar graves consequências no meio ambiente. As políticas de segurança visam a promoção de novas formas de estar juntos. Mais ainda, os direitos trabalhistas não competem somente ao Ministério do Trabalho, mas de maneira decisiva envolvem também o setor cultural. Se aceita-se que o desenvolvimento não pode ser medido só economicamente, ele se refere à qualidade de vida e à geração de uma maior liberdade individual (SEN, 2001), então a defesa do tempo livre (a redução da jornada de trabalho) se apresenta como uma reivindicação claramente cultural.

A partir daí, temos que voltar a sublinhar que a cultura é um agente constitutivo de qualquer prática social e que é necessário observar as relações de poder nas quais se encontra envolvida. Por isso mesmo, isto é, pelo caráter fortemente estruturante da cultura, nos vários níveis da sociedade, as políticas, as políticas culturais devem estar profundamente articuladas com as políticas de outros setores como trabalho, saúde, desenvolvimento urbano e meio ambiente, só para citar algumas áreas. Elas devem ser transversais, pois “não há algo humano fora da cultura: as maneiras como pensamos a economia, a política, as instituições, estão relacionadas necessariamente a este senso comum, a este hábitos que se foram forjando ao longo da história, e ao longo dos conflitos e das maneiras pelas quais se foram resolvendo.” (GRIMSON, 2011, p. 41).

Poderíamos, inclusive, ser ainda mais radicais: não pode existir uma política cultural relevante se ela não participa nas decisões sobre as políticas econômicas, que, em última instância são aquelas que têm impacto central na configuração da sociedade e nas subjetividades a ela relacionadas. Qualquer política econômica nunca é, de fato, algo simplesmente econômico. As medidas econômicas produzem subjetividades de acordo com seus próprios

interesses, pois trazem implícito um ideal de vida em sociedade e uma definição sobre o indivíduo que sempre se pode questionar. A cultura é importante? A cultura tem alguma força para contribuir com a transformação social? Para onde devem apontar as políticas culturais? Zizek (2003, p. 147) argumenta que não se consegue uma verdadeira política cultural “apontando diretamente para os indivíduos, tentando reeducá-los, mudar suas atitudes reacionárias, mas privando os indivíduos do apoio do ‘grande outro’, isto é, do apoio da ordem simbólica que o sustenta.”

Penso que esta ideia leva ao mesmo a que ser referia Nietzsche na epígrafe com que se iniciou este artigo. Defendo que privar os indivíduos dos suportes estabelecidos – arrancar aquilo que está arraigado – é uma tarefa fundamental nas políticas culturais e isso não significa outra coisa que desconstruir a cultura com elementos da própria cultura, isto é, tentar desmontar os imaginários hegemônicos utilizando valores culturais e assim começar a difundir outro tipo de representações sociais.

Mas insisto, trata-se de uma proposta que nunca deve interferir com os programas de fomento à produção cultural, os quais precisam sempre ser livres e não ficar restritos por qualquer razão. Esta proposta só aponta que os serviços e bens culturais (que existem) possam circular de uma nova maneira e, sobretudo que os gestores culturais se convertam em curadores e em investigadores permanentes da realidade social. As políticas culturais devem promover a formação de novos gestores culturais que tenham melhores diagnósticos sobre a realidade atual, a fim de que possam difundir os bens culturais em novos formatos. Nesse sentido, e quase como na Filosofia, as políticas culturais não servem exatamente para resolver os problemas sociais, mas sim consistem, sobretudo, “na intenção de reformular os problemas em si mesmos, isto é, em modificar

o quadro ideológico no qual os problemas foram percebidos até o momento”⁴.

Tudo isso leva a um ponto adicional e muito importante: as políticas culturais devem ter como estratégia fundamental lutar pelos espaços públicos, sendo os agentes destinados a introduzir algo novo na sociedade. Na verdade, os espaços públicos (em que inclui a web e as redes sociais, com certeza) são, por excelência, os lugares democratizadores da cultura e é assim urgente defendê-los e incrementá-los. Frente ao monopólio dos meios de comunicação, os espaços públicos são lugares indispensáveis para propor novas mensagens. Lutar por eles implica assumi-los como pontos de encontro de uma nova cidadania da qual se quer participar.

Em suma, devemos entender as políticas culturais como dispositivo firmemente envolvido na construção de uma maior cidadania. Seu objetivo deve consistir em fomentar a produção cultural, e em gerar melhores redes de circulação da mesma, mas também em organizá-la e posicioná-la de uma maneira nova e diferente. E isto porque, se hoje a política (dos políticos) se converteu em um discurso esvaziado de conteúdo, ou seja, se a política tornou-se puro espetáculo midiático, uma simples máquina eleitoral, e acima de tudo, uma irritante aceitação do presente, as políticas culturais devem propor-se como uma reserva para estabelecer novos sentidos de comunidade e renovar a esfera pública.

A proposta de desculturalizar a cultura implica então em arrancar a cultura de sua suposta autonomia e utilizá-la como recurso para intervir na transformação social. As políticas culturais atuais devem posicionar-se, acima de tudo, como agentes críticos da modernidade que Walter Benjamin figurou como um pavio aceso. Em sua opinião o progresso, liderado somente por uma pura acumulação do capital, não se dirige

ao desenvolvimento, mas à destruição do mundo. Benjamin sustentava: “É preciso cortar o pavio ardente antes que a chama alcance o dinamite” ([1955] 1987, p. 64).

Hoje sabemos que a construção de uma sociedade democrática passa pelo estabelecimento de uma verdadeira justiça econômica e por uma maior institucionalidade política, e, talvez, a reconstrução de novos imaginários sociais possa contribuir para isso. Hoje também sabemos que o sistema econômico se apóia na produção simbólica e que este é um espaço por aproveitar. “Uma comunidade que não se estende em esferas, que não conhece a separação entre a vida e a arte”, sustentou Rancière (2005, p. 29). Por isso mesmo, e contra toda a atual maquinaria de um saber tecnocrático que desliga o cultural do político e o político do econômico, esta proposta enfatiza a necessidade – herdada de Gramsci – de entender a cultura como novo poder; acima de tudo, de começar a tomar o poder da cultura. Em última instância, desculturalizar a cultura implica em m recuo estratégico: simbolizar o político, democratizar o simbólico.

Bibliografia

APPADURAI, Arjun. Grassroots globalization and the research imagination. *Public Culture*, 12 (1): 1-19, 2000.

BENJAMIN, Walter. *Dirección única*. [1955] Madrid: Alfaguara, 1987.

BOURDIEU, Pierre. *La distinción*. [1979] Madrid: Taurus, 1988.

EAGLETON, Terry. *Después de la teoría*. Barcelona: Debate, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Un diálogo sobre el poder y otras conversaciones*. Selección e introducción de Miguel Morey. Madrid: Alianza Editorial, 2000.

GILROY, Paul. *The Black Atlantic: modernity and double consciousness*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1994.

GRIMSON, Alejandro. *Los límites de la cultura: crítica de las teorías de la identidad*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2011.

INSA ALBA, José Ramón. ¿Y si los gestores ya no gestionamos? *Espacio rizoma*, nº 796 (8 de septiembre), 2011. Disponível em <http://espaciorizoma.wordpress.com/2011/09/08/796/>.

NUSSBAUM, Martha. *Sin fines de lucro: Por qué la democracia necesita de las humanidades*. Madrid: Katz, 2010.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: *La colonialidad del saber: Eurocentrismo y ciencias sociales; perspectivas latinoamericanas*, compilado por Edgardo Lander. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000. p. 201-246.

RANCIÈRE, Jacques. *Sobre políticas estéticas*. Barcelona: Museu d'Art Contemporani de Barcelona, 2005.

RICHARD, Nelly. Globalización académica, estudios culturales y crítica latinoamericana. In: *Cultura, política y sociedad*; compilado por Daniel Mato. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 455-470.

SEN, Amartya. *Desarrollo y libertad*. Bogotá: Planeta, 2001.

SOMMER, Doris. Arte y responsabilidad. *Letral: Revista eletrónica de estudios transatlánticos de literatura*. Nº 1 (diciembre), 2008. p. 128-144.

SOMMER, Doris. *Cultural Agency in the Americas*. Durham, NC: Duke University Press, 2006.

STRAVRAKAKIS, Yannis. *La izquierda lacaniana: psicoanálisis, teoría, política*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

VALLEJO, César. *Poesía completa*. Edición crítica y estudio introductorio de Raul Hernández Novás. La Habana: Casa de las Américas, 1988.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo y literatura*. [1977] Buenos Aires: Los Cuarenta, 2009.

YÚDICE, George. *El recurso de la cultura: Usos de la cultura en la era global*. Barcelona: Grijalbo, 2003.

YÚDICE, George. Innovación en la acción cultural. *La cultura en tiempos de desarrollo: violencias, contradicciones y alternativas*, editado por Nuria Girona. Valencia, España: Universitat de Valencia, 2012.

ZIZEK, Slavoj. *A propósito de Lenin: política y subjetividad en el capitalismo tardío*. Buenos Aires: Atuel, 2003.

Recebido em 15/02/2015

Aprovado em 25/02/2015

1 Este artigo foi originariamente publicado no periódico *Latin American Research Review*, Vol. 48, Special Issue, 2013, pp. 129-139 e autorizado pelo autor para tradução. Tradução por Dulce Terra Guimarães (UFF).

2 Victor Miguel Vich Flórez, professor da Pontifícia Universidade Católica do Peru. Contato: vvich@pucp.pe

3 Me refiro à tradição que começa com os estudos de Paulo Freire, Fals Borda e Augusto Boal e que foi posta em prática em governos municipais como os de Antanas Mockus em Bogotá. Desde a academia, me refiro às contribuições produzidas em campos como o das políticas culturais (Nestor García Canclini, Jesús Martín Barbero, George Yúdice, Doris Sommer, Diana Taylor) e dos estudos decoloniais (ver Nota do Editor) na América Latina (Catherine Walsh, Santiago Castro Gómez, Walter Migñolo, Aníbal Quijano). Com relação às atuais iniciativas em curso, me refiro ao projeto de Agentes Culturais promovidos pela Universidade de Harvard (<http://www.culturalagents.org/>), ao Instituto Hemisférico de Performance e Política (<http://hemisphericinstitute.org/hemi/es>), ao Projeto de Pontos de Cultura no Brasil, à Rede Latinoamericana de Arte para a Transformação Social e, agora, à denominada Plataforma Ponte (<http://plataformapunte.blogspot.com>). Uma avaliação de iniciativas valiosas pode ser encontrada em Yúdice (2012).

Nota do Editor: O termo “decoloniais” faz referência à pedagogia decolonial. Ver, também, interculturalidade crítica e pedagogia intercultural.

4 Slavoj Zizek, “Some politically Incongruent Reflections on Violence in France and Related Matters”, 2005, <http://www.lacan.com/zizfrance.htm>